

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.995 - SP (2019/0009963-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : MAXISHOP ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A  
**AGRAVANTE** : ASSOCIACAO DOS LOJISTAS DO MAXI SHOPPING JUNDIAI  
**ADVOGADO** : JULIANA APARECIDA JACETTE E OUTRO(S) - SP164556  
**AGRAVADO** : I R DOS S O (MENOR)  
**REPR. POR** : J A DE O  
**REPR. POR** : T R DOS S  
**ADVOGADO** : EDELISE HELENA MARIANO DUMALAKAS E OUTRO(S) - SP091057  
**INTERES.** : RD EDUCACIONAL EIRELI  
**OUTRO NOME** : PPK SERVICOS DE RECREACAO INFANTIL EIRELI - ME  
**ADVOGADO** : FABIO PEUCCI ALVES - SP174995

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por MAXISHOP ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. em face da decisão que negou seguimento ao recurso especial, por sua vez manejado contra acórdão assim ementado:

Responsabilidade civil - Infante deixada aos cuidados da empresa ré, situada em Shopping, enquanto a genitora realizava suas atividade - Menor que sofreu fratura na tíbia - Indenização por danos morais devida - Indenização fixada em R\$ 10.000,00 - Adequação. Recursos não providos.

Sustenta violação aos artigos 485, inciso VI e 1.022, inciso II, do CPC de 2015; 3º do CDC; 186, 927, 932, inciso III, 933, 942 e 944, do CC.

2. Em face das circunstâncias que envolvem a controvérsia e para melhor exame do objeto do recurso, com fundamento no artigo 34, inciso VII, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **DOU PROVIMENTO** ao presente agravo para **determinar a sua conversão em recurso especial**, sem prejuízo de novo exame acerca de seu cabimento, a ser realizado no momento processual oportuno.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator